

## LEITURA DO ESPAÇO ESCOLAR E DA CONSTITUIÇÃO DE OBJETOS TEXTUAIS DISCIPLINARES: ALUNOS EM CONDIÇÃO DE INTERNO.

Andréia Cristina André Soares Melo<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo desta comunicação é apresentar uma breve análise sobre o espaço enunciativo escolar de alunos em condição de internos. Trarei, então, para esta reflexão, como materialidade linguística enunciados apresentados em Ficha disciplinar – registro de ocorrência que fazem referências aos educandos internos. Para a análise buscamos suporte teórico-metodológico na Análise de Discurso de orientação francesa através de Pêcheux (1975); Orlandi (2002) e Guimarães (2002), bem como os procedimentos analíticos, arqueológico e genealógico de Michel Foucault (1969,1971,1975). Mobilizaram-se os conceitos de memória, discurso, interdiscurso, cena enunciativa e espaço enunciativo. Toma-se a linguagem como um acontecimento político que se dá nos espaços de enunciação.

**Palavras-chave:** internos, interdiscurso, memória, espaço enunciativo, cena enunciativa.

**Résumé:** L'objectif de cette communication est présenter une brève analyse sur l'espace énonciatif écolier d'apprenants en condition de détenus. Nous apporterons, donc, à cette réflexion, comme matérialité linguistique, des énoncés présentés sur Fiche disciplinaire – registre d'occurrence qui fait référence aux apprenants détenus. Pour cela, nous avons comme base théorique-méthodologique l'Analyse de Discours de tendance française, tels que Pêcheux (1975), Orlandi (2002) e Guimarães (2002), aussi que les procédures analytiques archéologique et généalogique de Michel Foucault. Nous avons aussi mobilisé les concepts de mémoire, discours, interdiscours, scène énonciative et espace énonciatif. De ce fait, le langage est considéré comme un événement politique qui se réalise dans les espaces d'énonciation.

**Mots-clés:** internes, interdiscours, mémoire, espace énonciatif, scène énonciative.

### Introdução

*A Anarlete Loureiro (in memoriam) amiga e colega de trabalho com quem por muitas e muitas vezes dialogamos sobre eles – os internos.*

Nosso objetivo de reflexão é apresentar uma breve leitura dos documentos constituintes no espaço enunciativo da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres - MT no período de 1980 a 2010. Tomamos como materialidade linguística as *ficha disciplinar – registro de ocorrências* que apresentam enunciados inscritos em uma dispersão discursiva que no nosso ponto de vista retomam um memorável inscrito em uma temporalidade. Para a análise, tomamos como suporte teórico-metodológico na Análise de Discurso de orientação

---

<sup>1</sup> Mestre em Estudos de Linguagem, professora da Faculdade do Pantanal (FAPAN) e Técnica em Educação do Instituto Federal de Mato Grosso – Campus Cáceres <[andreia.melo@cas.ifmt.edu.br](mailto:andreia.melo@cas.ifmt.edu.br)>.

francesa (Pêcheux, 1975), Orlandi (2002) e os estudos de Guimarães (2002) Semântica do Acontecimento, bem como os estudos de Michel Foucault (1969 e 1975).

A Escola Agrotécnica Federal de Cáceres – MT compreende a Secretaria de Educação Média e Tecnológica – SEMTEC, vinculado ao Ministério da Educação- MEC. Foi fundada em 1979, com objetivo de atender a demanda capitalista, levando o progresso para o Oeste de Mato Grosso por meio da qualificação de mão de obra.

A escola é rural, afastada do centro urbano, e com estrutura física de campo experimental agrícola. Devido sua localização se fez necessário à implantação de residência para servidores e internatos para aluno e com isso inicia-se uma nova relação entre os alunos internos e os servidores residentes. Os alunos passam a ficar sob a guarda da escola, do Estado. Surge, dessa forma, outra preocupação, a vigilância.

Para que a vigilância fosse eficaz, foi montado todo um mecanismo de controle de sujeitos composta por inspetores, médicos, farmacêutico, professores e um arsenal de instrumentos para registro. A vigilância é permanente.

Como instrumento para a prática de registro são utilizados livros: *livro do refeitório*, *livro de saída dos alunos internos* e a *ficha disciplinar – registro de ocorrências*. O registro nos livros e na ficha é a prova legal, no interior da escola, de que o aluno cometeu uma infração, sob o registro há toda uma prática jurídica, ancorada no Regimento disciplinar da Instituição.

O registro é feito em dois setores na Coordenação de Atendimento ao Educando - CGAE e na Seção de Orientação Educacional - SOE e pode ser feito por qualquer servidor (autoridade), que no momento do ato infracional do aluno se fizesse presente; ou se viesse a ele outro aluno declarar uma infração.

Registrada a infração, o infrator é chamado a prestar depoimento e tomar ciência de sua infração. Esse registro é assinado pelo aluno e servidor que assistiu à infração. Todo registro de ocorrência era encaminhado ao Conselho de Professores, que, em reunião ordinária, decide pela punição a ser aplicada ao aluno.

Numa leitura detalhada dos livros de registro, das fichas disciplinares, foi possível identificar uma instituição disciplinar que se valia da observação contínua e diária. O discente é visto em todos os locais da escola. Tal prática pode nos remeter ao que Foucault (2005) afirma:

A disciplina é o conjunto de técnicas pelas quais os sistemas de poder vão ter por alvo e resultado os indivíduos em sua singularidade. É o poder de individualização que tem o exame como instrumento fundamental. O exame é a vigilância permanente, classificatória, que permite distribuir os indivíduos, julgá-los, medi-los,

localizá-los e, por conseguinte, utilizá-los ao máximo. Através do exame, a individualidade torna-se um elemento pertinente para o exercício do poder (FOUCAULT, 2005, p.107).

O regimento interno regia entre outras coisas sob o tempo do aluno interno.

Art. 3. Constituem deveres do aluno:

XVIII – dar conhecimento a Coordenação Geral de Assistência ao Educando, quando desejar afastar-se da Escola, mesmo estando autorizado pelos responsáveis;

XIX – comparecer às escalas de fim de semana, feriados e recessos escolares;

XX- respeitar os horários pré-estabelecidos pelo CGAE /CAE para as atividades lúdicas;

XXI – ao utilizar aparelhos sonoros ou similares, seguir as instruções normativas estabelecidas pelo CGAE /CAE.

XXVIII – recolher-se a seus aposentos às 23h

XXIV – adentrar à área escolar apenas pela entrada principal (Guarita)

Art. 4º - É vedado ao aluno desta IFE:

VIII – circular fora da área dos alojamentos após as 23horas;

IX – faltar às escalas de finais de semana, feriado e recessos sem o prévio conhecimento do setor competente;

XIV – descumprir horários pré-estabelecidos;

XV – a permanência nos setores fora dos horários de atividades curriculares, sem autorização do CGPP;

XVI – transferir-se de quarto sem a devida autorização do CGAE ou CAE;

XXIII – uso dos computadores para fins não didáticos;

XXV – participar de jogos com finalidade especulativa;

XXVII – permanecer dormindo ou realizar qualquer outra atividade nos quartos em horários de aula teórico-prática;

XXX – permitir entrada e/ou permanência de pessoas estranhas nos alojamentos e no refeitório;

XXXV – promover jogos ou competições esportivas na escola e/ou participar de jogos fora, sem conhecimento e o devido deferimento oficial do Departamento competente;

XXXXVI – aos alunos residentes utilizar bicicletas ou veículos automotores no recinto da Escola;

Diante disso, podemos evidenciar toda uma tecnologia disciplinar que distribui os corpos: sua separação, seu alinhamento, sua colocação em série e a vigilância que se exerce sobre eles. Mostra como tais técnicas tomam esse corpo e tentam aumentar sua força pelo exercício, adestrando-os.

Foucault (2003, p. 103-126) diz que todo mecanismo de controle está instalado um moderno e astucioso modelo de vigilância - o panóptico<sup>2</sup>. O panoptismo é um dos traços mais característicos de nossa sociedade. É uma forma de poder que se exerce sobre os indivíduos em forma de vigilância individual e contínua, em forma de controle, de punição e recompensa e em forma de correção, isto é, de formação e transformação de indivíduos em função de certas normas.

---

<sup>2</sup> Conceito formulado por Jeremy Bentham que se refere a uma estrutura arquitetônica em forma de anel, no centro uma torre, está e vazada de largas janelas que possibilita a quem dentro esta, olhar tudo em sua volta. A construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda espessura da construção.

O tríplice aspecto do panoptismo apresentado por Foucault – vigilância, controle e correção – exerce-se ao nível não do que se faz, mas do que se é; não do que faz, mas do que esse pode fazer. Nele, a vigilância tende, cada vez mais, a individualizar o autor do ato. O panoptismo, segundo o autor, é próprio de uma sociedade moderna, industrial, capitalista.

### **As fichas disciplinares e os registros das ocorrências: Percurso**

As fichas de disciplinares de registro de ocorrência nos trouxeram inúmeras inquietações, referentes à sua “fisionomia”<sup>3</sup>, o que nos levou a refletir sobre qual tipo de discurso, ou melhor, que discurso representa tal funcionamento discursivo. E perguntamos: Em que medida as práticas discursivas no espaço escolar constitui os objetos textuais disciplinares e os sujeitos alunos em condições de internos?

Para nossa reflexão, propomo-nos a analisar essas fichas disciplinares– registro de ocorrência na perspectiva enunciativa, tomando o conceito de texto atribuído pela AD – texto como discurso, ou seja, enquanto estado determinado de um processo discursivo<sup>4</sup> observando sua organização na relação entre a língua e a história na produção de sentidos, e do sujeito em sua relação com o contexto histórico-social.

não se trata aqui do contexto, da situação tal como pensa na pragmática por exemplo. Trata-se de uma materialidade histórica do real. Ou seja, não se enuncia enquanto ser físico, nem meramente no mundo físico. Enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico (GUIMARÃES, 2002, p.08).

O texto é ainda para AD dispersão de sujeitos por comportar diversas posições-sujeito que são atravessadas e que correspondem a diferentes formações discursivas.

As formações discursivas são diferentes regiões que recortam o interdiscurso e que refletem as diferentes ideologias, o modo como as posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes. (GUIMARÃES, 1995, p. 66)

Neste trajeto mobilizaremos o conceito de interdiscurso que reclama intertextualidades, ou seja, a enunciação em um texto se relaciona com a enunciação de outros textos efetivamente realizados,

---

<sup>3</sup> Consideramos que a atividade de dizer é “tipologizante”, ou seja, todo falante quando diz algo, o faz estabelecendo uma “fisionomia” para seu discurso de tal forma que, ao analisar, podemos reconhecer essa fisionomia como um tipo, ou melhor, eu diria que essa fisionomia representa um funcionamento discursivo. Funcionamento porque não se trata de um modelo que o falante procura preencher – um tipo – mas de uma atividade estruturante de um discurso determinado, por um falante determinado, para uma interlocutor determinado, com finalidades específicas. (ORLANDI, 2003, p. 61).

<sup>4</sup> Devemos tomar aqui o conceito de discurso enquanto conceito teórico que corresponde a uma prática: efeito de sentidos entre locutores.

alterando-os, repetindo-os, omitindo-os, interpretando-os, que constitui um sentido não formal, mas sim, uma materialidade, uma historicidade. (...) Este espaço procura se apresentar a partir da consideração de que a significação é histórica, não no sentido temporal, historiográfico, mas no sentido de que a significação é determinada pelas condições sociais de sua existência. Sua materialidade é esta historicidade. A construção desta concepção de significação se faz para nós na medida em que consideremos que o sentido deve ser tratado como discursivo é definido a partir do *acontecimento enunciativo*. (GUIMARÃES, 1995, p. 66) (grifo nosso)

Durante a construção<sup>5</sup> do material de análise observamos que as fichas, mesmo que escolhidas em tempos diversos, ano, data e momento históricos diferentes, não apresentam mudanças significativas em sua estrutura composicional o que nos faz pensar que as fichas de ocorrências seguem uma regularidade, desde sua primeira aparição na escola em 1981, como podemos observar no modelo descrito da ficha a seguir:

FOTO	Ministério da educação e do Desporto Secretaria de educação Média e Tecnológica Escola Agrotécnica Federal de Cáceres-MT Coordenação de Orientação Educacional Ficha disciplinar – registro de ocorrências
Aluno: _____ J. Silva _____ (FADA B ...) N°....001. ... ANO: 1997	
Pais ou responsáveis:	
Data de nascimento: ...../...../..... 1983 Residente ( X ) semi-residente ( )	
<b>Registro</b>	<b>Data</b>
Recebe advertência por escrito por desrespeitar familiares no telefone público-----	27.06.97
Recebe advertência por escrito por dormir no alojamento -----	18.07.07
Recebe advertência por escrito por atrapalhar a aula da professora -----	09.09.97
Recebe advertência por escrito por atrapalhar colegas e atrapalhar as aulas -----	10.09.97
Resolução 004/97 – pena de 3 (três) dias de suspensão das atividades escolares-----	12.09.97
Assinatura do servidor .....	
Assinatura do(s) envolvidos .....	

<sup>5</sup> A construção de um objeto deve ser aqui entendida como uma divisão do real pela linguagem que a ele está exposta e que assim o identifica simbolicamente (GUIMARÃES, 2002, p. 63)



FOTO	Ministério da educação e do Desporto Secretaria de educação Média e Tecnológica Escola Agrotécnica Federal de Cáceres-MT Coordenação de Orientação Educacional Ficha disciplinar – registro de ocorrências
Aluno: <u>  </u> J. SILVA (FAISCA) N°...002. ... ANO: 2004	
Pais ou responsáveis:	
Data de nascimento: ...../...../..... 1980	Residente (X) semi-residente ( )
<b>Registro</b>	<b>Data</b>
Seus familiares moram em IV Marcos – MT. Pai era dependente químico (Drogas), faleceu de Chagas. Mãe casou novamente. Não combina com o padrasto (só falam o necessário) ex-presidiário por três vezes. Reconhece sua rebeldia no passado, disse que hoje é uma nova criatura (Igreja Evangélica). É sobrinho do Pastor Isaias da Ig. Assembléia de Deus. ( ilegível). Não está tendo dificuldade nos estudos. Acompanha bem sua classe de estudos.	
Assinatura do servidor .....	
Assinatura do(s) envolvidos .....	

Com relação às fichas de ocorrência, observamos que elas apresentam em sua materialidade composicional, cabeçalho, textos curtos, parágrafos bem divididos, narrativas descritivas sem preocupação com a ortografia; o léxico é acessível.

As fichas de ocorrências são organizadas/padronizadas da seguinte forma: na parte superior apresenta a instituição, o lugar social do discurso, apresenta os órgãos da administração direta o *Ministério da Educação e do Desporto, Secretária de Educação Média e Tecnológica – SEMTEC, Escola Agrotécnica Federal de Cáceres – MT* e *Coordenação de Orientação Educacional* e logo abaixo a identificação do instrumento institucional *Ficha disciplinar – Registro de Ocorrências*. Que produz um efeito de hierarquização e poder.

Os excertos apresentam espaços próprios de identificação e têm por finalidade dar informações sobre o aluno. Sua fotografia, seu nome próprio, seu número, seu apelido, o curso em que está matriculado na instituição, o ano de ingresso, sua condição na escola (interno, semi-interno, local onde ocorreu o fato). Em uma sequência de linhas, registram-se as ocorrências/os fatos, do lado direito uma coluna há o lugar para registro da data do corrido. Abaixo espaço para assinatura do responsável pela ocorrência (que são servidores); assinatura dos comunicantes (informantes); assinatura dos alunos envolvidos (o que fizeram a ação), e espaço para observações.

O assunto tratado nas fichas de ocorrências é uma descrição das práticas dos alunos, tomando como tema as faltas cometidas “infrações”, seu “mau comportamento”, sua “origem familiar”, e em um lugar privilegiado, a designação “apelido” - frequentemente depreciativa - algumas fichas apresentam diagnóstico do aluno, traçando sua personalidade, sua moral, suas “doenças”, etc. Esses diagnósticos são atravessados pelos mais variados tipos de discurso: médico, psiquiátrico, psicológico, pedagógico, religioso. Como podemos ver na sequência extraída das fichas<sup>6</sup>:

*Desvios psicológicos, dependência química.* (discurso psiquiátrico/psicológico)

Não esta tendo *dificuldades nos estudos*, acompanha bem sua classe de estudos. (discurso pedagógico)

Reconhece sua rebeldia no passado, disse que hoje é uma *nova criatura* (discurso religioso)

*Pena* de três (dias) dias de *suspensão* das atividades escolares. (discurso jurídico/norma)

Recebe *advertência*. (discurso jurídico/norma)

---

<sup>6</sup> O corpus apresentados neste artigo fazem parte da Dissertação de Mestrado intitulada *Internos: Designação que marca uma forma de poder* (MELO, 2011, p. 110) sob a orientação do Prof. Dr. Roberto Laiser Baronas. Para pesquisa foram catalogadas 256 fichas disciplinares.

O aluno ficará sob *condicional* aos seus comportamentos com *Interno*. (discurso jurídico/norma)

*Infringiu* as *normas* contidas na Res. 06 do Regimento disciplinar. (discurso jurídico/norma)

Recebe *advertência* escrita por estar dormindo no alojamento, o que *não é permitido* para aluno semi-residente. (discurso jurídico/norma)

Após realizada *as acareações dos fatos a CGAE convocou as partes* para procurar um entendimento, visto se tratar de fatos irrelevantes *característico de adolescentes*. (discurso jurídico/norma; discurso psiquiátrico/psicológico)

Todo o assunto é permeado por um discurso de desqualificação, de vigilância, de punição e normatização.

O uso da categoria textual por descrição nos remete a Foucault (1997), *Resumo dos Cursos do Collège de France – Teorias e instituições penais (1971-1972)*, que ao investigar a formação de determinados tipos de saber, a partir das matrizes jurídico-políticas, afirma:

Nenhum saber se forma sem sistema de comunicação e registro, de cumulação, de deslocamento, que é em si mesmo uma forma de poder e que está ligado, em sua existência e em seu funcionamento, às outras formas de poder. Nenhum poder, em compensação, se exerce sem a extração, a apropriação, a distribuição ou a retenção de um saber. Nesse nível, não há conhecimento de um lado, e a sociedade, do outro, ou a ciência e o Estado, mas as formas fundamentais do “poder-saber”. (FOUCAULT, 1997, p. 19)

Foucault chama *medida* a função da ordem, *inquérito*, a função de centralização, *o exame* a função de seleção e de exclusão. No entendimento do filósofo francês, antes de figurarem juntos “estiveram ligados à instalação de um poder político, eram, ao mesmo tempo, o efeito e o instrumento” que engendram e que lhe dava suporte na objetivação dos sujeitos, individualizando-os, particularizando-os.

O recurso de linguagem utilizada, a descrição, é minuciosa, descreve os fatos, os sujeitos envolvidos características físicas, psíquicas, moral, como individualização. Tomamos aqui a designação/apelido como marca desta individualização/particularização nesse espaço de enunciação; a localização dos sujeitos no espaço, isto é, no internato, no refeitório, na quadra, no corredor, na sala de aula. A vigilância é regulamentada pela norma “regimento interno” como foi possível observar anteriormente fragmento do regimento, horários pré-estabelecidos, lugares não-permitidos. Esses gestos apontam para um *esquadrinhamento* dos sujeitos dentro do espaço escolar. Todos esses mecanismos pontuais montam uma cartografia do sujeito que objetiva e subjetiva e marcam suas posições de sujeitos que, segundo Foucault, produz algo totalmente diferente; não há mais inquirido, mas vigilância, exame. “Não se trata

de reconstituir um acontecimento, mas de algo, ou antes, de alguém que se deve vigiar sem interrupção e totalmente”.

Vigilância permanente sobre os indivíduos por alguém que exerce sobre eles um poder – mestre-escola, chefe de oficina, médico, psiquiatra, diretor de prisão – e que, enquanto exerce esse poder, tem a possibilidade tanto de vigiar quanto de constituir, sobre aqueles que vigiam, a respeito deles, um saber. (FOUCAULT, 2003, p. 88) grifo nosso

Tomando o posicionamento de Foucault (1997) “em que a vigilância tem o poder tanto de vigiar quanto de constituir, sobre aqueles que vigiam, a respeito dele, um saber”, passamos a compreender essas práticas discursivas de registros, nesse espaço de enunciação, a escola, como rede de interdiscursividades sobre os sujeitos em condição escolar.

Mediante os enunciados apresentados anteriormente que encontramos nas fichas de ocorrências, fica evidente as diferentes posições de sujeito no texto, uma dispersão marcada por formações ideológicas diferentes que, por uma aliança, identificamos a Formação Discursiva, do discurso-jurídico, dentro deste espaço enunciativo, ou seja,

(...) espaço onde funcionamento da língua que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços “habitados por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e ao modo de dizer. São espaços constituídos pela equivocidade própria do acontecimento: *da deontologia* que organiza e distribui papéis, e do conflito, indissociado desta deontologia, que redivide o sensível, os papéis sociais. *O espaço de enunciação é um espaço político* (...). (GUIMARÃES, 2002, p., 18-9) (Grifo nosso)

O enunciador, o que relata os fatos, o relator/comunicante<sup>7</sup> (servidores da instituição), ocupam a posição de *sujeito administrativo* que só informa o fato sem que houvesse aí nenhuma memória, embora o acontecimento em que se dá, tenha uma temporalidade, ou seja, “ele não está num presente de um antes e de um depois no tempo. O acontecimento instala sua própria ordem” (GUIMARÃES, 2002, p.,11 ).

O ato de registrar as ocorrências neste espaço de enunciação pode ser considerado como um acontecimento político que se faz pelo funcionamento da língua na relação entre língua e falantes regulada por uma *deontologia global do dizer em certa língua*. Podemos afirmar que o ato de registrar faz parte de “um pré-construído, o sempre-aí por efeito da interpelação ideológica” (Pêcheux, 1975), que determina como se deve registrar uma ocorrência, suas características estruturais e que posição deve tomar o enunciador.

---

<sup>7</sup> Especificação utilizada nas fichas ocorrência para quem escreve ou assiste o ocorrido.

No entendimento de Guimarães (2002) o sujeito é afetado pelo evento enunciativo e é tomado nele para aí representar uma posição instalada em uma região de interdiscurso. O sujeito não é responsável pela enunciação.

Pelo conceito de interdiscurso, Pêcheux nos indica que sempre já há discurso, ou seja, que o enunciável (o dizível) já está aí e é exterior ao sujeito enunciativo. Ele se apresenta como séries de formulações que derivam de enunciações distintas e dispersas que formam em seu conjunto o domínio da memória. Esse domínio constitui a exterioridade discursiva para o sujeito do discurso (ORLANDI, 2002, p. 89).

Nessa cena enunciativa, é possível reconhecer o enunciativo como *enunciador-universal* que está no lugar do dizer de enunciações para as quais a posição de sujeito no interdiscurso é o do discurso jurídico, posição de sujeito-administrativo no lugar de fala a partir da posição do discurso-jurídico.

Tais práticas de registro de ocorrência, de institucionalizar a designação/apelido nos fazem pensar a escola como um *espaço simbólico significante* tal como proposto por (ORLANDI *apud* ZOPPI-FONTANA, 2003, p. 246), tomando o exemplo da cidade como lugar que significa, com escansões do espaço urbano é interpretado como sendo “ a cidade” ou “o lugar de X na cidade”, é porque a representação desses espaços fazem sentido para o sujeito, elas ressoam em um concerto de significações e significantes presentes como memória discursiva.

ZOPPI-FONTANA (2003, p. 246), em seu estudo do sobre *Identities (IN)Formais: contradição, processo de designação e subjetivação na diferença*, trabalha esses espaços de circulação das designações atribuídas aos camelôs, como uma correia de subjetivações das designações nos espaços enunciativos que se referem aos camelôs e “define como espaço onde os sujeitos se reconhecem, e se movimentam nas diversas posições de sujeitos que configuram a memória discursiva”. E diz:

Assim, o espaço urbano trabalhado, discursivamente pela produção sócio-histórica de enunciados inscritos em diferentes regiões de memória discursiva funciona para nós, analistas, como metáfora e sintoma de confronto entre posições de sujeito diferentes, a partir das quais se produzem os processos de identificação que constituem o(s) sujeito (s) das práticas sociais na cidade. (ZOPPI-FONTANA, 2003, p. 247)

### **Considerações finais**

Nesta mesma linha de reflexão podemos analisar o espaço escolar, lugar em que essa discursividade entra em tensão, inscrevendo sujeitos, constituindo identificações, produzindo

sentidos de lugar do aluno-interno na escola – sujeitos particularizados, vigiados, facilmente identificados e determinados. Toma-se a enunciação como um *acontecimento de linguagem* em que a língua é definida como um conjunto de regularidades, cujo funcionamento é autônomo. O que isto quer dizer é que se considera que a língua se constitui por relações que lhes são próprias – a *língua e o sujeito* se constituem pelo funcionamento da língua na qual enuncia-se algo. Para isso devemos considerar o acontecimento em sua *temporalidade*. – conceito operatório dos estudos de Guimarães (2002) - e o *real* a que o dizer se expõe ao falar dele.

Na temporalidade, instala-se um *memorável* recortado pelo próprio acontecimento que tem também o futuro como uma latência de futuro.

O sujeito não fala no presente, no tempo, embora o locutor o represente assim, pois só é sujeito enquanto afetado pelo interdiscurso, memória de sentidos, estruturada pelo acontecimento, que faz a língua funcionar. Falar é estar nesta memória, portanto não é estar no tempo (dimensão empírica) (GUIMARÃES, 2002, p.14)

Entende-se que o passado no acontecimento é uma rememoração de enunciações por ele recortada, fragmentos do passado por ele representados como o seu passado.

O real é o lugar onde se dá os efeitos de sentido e onde eles estão instalados, é o lugar da enunciação, é o lugar onde a língua se expõe quando funciona afetada pelo simbólico, é materialidade histórica, é o lugar do funcionamento da língua, é o lugar do sentido das línguas. Entretanto, é impossível que tudo seja dito e compreendido; a língua funciona nesse espaço, em que apenas alguns dizeres, apenas alguns sentidos são ditos e produzidos, seja pela imprevisibilidade de tais dizeres e sentidos, seja pela regulação que sofrem. É no espaço do imaginário que se enuncia, lugar em que sujeito faz representações do real e que são produzidos efeitos de sentidos, já regulados, porque outros foram apagados e fazem parte do real.

Então, é nesse sentido que o *espaço de enunciação* interessa-nos enquanto espaço político “onde se trava a relação entre língua e falante, sempre regida por políticas linguísticas e disputa no que concerne ao uso da palavra”.

Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas (...). São espaços “habilitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e ao modo de dizer: são espaços constituídos pela equivocidade própria do acontecimento: da deontologia que organiza e distribui papéis, e do conflito, indissociados desta deontologia, que redivide o sensível, os papéis sociais (GUIMARÃES 2002, p. 17).

Guimarães (2002) toma a enunciação como uma prática política não individual ou subjetiva, nem como uma distribuição estratificada de características. Falar é assumir a palavra nesse espaço dividido de línguas e falantes, ou seja, enunciar é estar na língua em funcionamento, a língua pelas relações semiológicas que tem. *A língua funciona no acontecimento pelo acontecimento, e não pela assunção de um indivíduo.*

### Referências bibliográficas

- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves - 6 ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1969.
- \_\_\_\_\_. *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)*. Tradução Andréa Daher; consultoria, Roberto Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1997.
- \_\_\_\_\_. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais – 4º edição. Rio de Janeiro. NAU Editora. 2003.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*; trad. De Raquel Ramallete. Petrópoles, Vozes. 2005.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do Acontecimento*. Campinas, SP: Pontes. 2002.
- ORLANDI, E. P. *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas. Pontes, 2002.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 1975. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi [et al.] 2ªed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.
- ZOPPI-FONTANA, Mónica Graciela. “*Indentidades (in) formais: contradição, processos de designação e subjetivação nas diferenças*. IN: Revista Organ, vol. 17, UFRGS, 2003. p. 35.